CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Terceiro Quadrimestre

2022

19ª LEGISLATURA | 2021 - 2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 4

1 ATIVIDADES LEGISLATIVAS 5

1.1 REUNIÕES..... 7

1.2 PROPOSIÇÕES 8

2 FORMAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS..... 10

2.1 NÚCLEO DA CIDADANIA 10

2.2 ESCOLA DO LEGISLATIVO 11

3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA..... 14

3.1 DESPESAS FIXADAS PARA O ANO DE 2022 14

3.2 EXECUÇÃO DA DESPESA - 2º QUADRIMESTRE DE 2022 15

3.3 DESPESAS DOS GABINETES PARLAMENTARES 25

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 27

APRESENTAÇÃO

O ano de 2022 marca a segunda sessão legislativa da 19ª legislatura da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH).

A CMBH é composta por 41 vereadores, eleitos a cada quatro anos, e tem como funções fazer leis sobre assuntos específicos da cidade e fiscalizar o trabalho do Poder Executivo Municipal, acompanhando os gastos públicos, avaliando os serviços municipais e sugerindo melhorias nas políticas públicas.

Em especial, o terceiro quadrimestre do ano de 2022, finaliza a gestão da Mesa Diretora do Biênio 2021 – 2022.

Ademais, a CMBH promove diferentes atividades de formação e de prestação de serviços à população, por meio do Núcleo de Cidadania e da Escola do Legislativo.

Além dessa introdução, que descreve uma breve apresentação das atividades e composição da CMBH, este relatório de prestação de contas aos cidadãos, com base nos princípios de transparência e publicidade, prevista no art. 10 da Lei Municipal nº 11.308/2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento do ano de 2022, será organizada conforme os seguintes parâmetros:

> I - subdivisão das despesas dos programas por pessoal, transferências, custeio e capital;
> II - apresentação, por programa, de uma análise qualitativa da realização das despesas do quadrimestre;
> III - apresentação de informações completas sobre:
> a) número de reuniões ordinárias, audiências públicas de comissões, reuniões especiais e extraordinárias;
> b) número de projetos votados, indicações e moções aprovadas;
> c) despesas totais realizadas por contratos administrativos e de prestação de serviços;
> d) valores mensais disponíveis para cada gabinete parlamentar referentes ao custeio, à contratação de veículos e servidores de recrutamento amplo;
> e) outras atividades realizadas no respectivo quadrimestre.

No **Portal da Transparência**[1] da CMBH é possível ter acesso a dados e informações sobre a gestão administrativa e a execução orçamentária e financeira da legislatura atual bem como anteriores.

[1] [1]https://www.cmbh.mg.gov.br/transparencia-principal

1 ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Mesa Diretora | Biênio 2021 - 2022

A Mesa Diretora, colegiado composto por seis vereadores, é responsável pela condução do processo legislativo na CMBH. A cada dois anos, a Mesa é eleita pelo conjunto dos 41 parlamentares, e sua composição atende, tanto quanto possível, a participação proporcional dos partidos políticos representados na Casa. A composição da Mesa neste biênio é a seguinte:

Presidente	*Nely Aquino*	*PODE*
1º Vice-presidente	*Henrique Braga*	*PSDB*
2º Vice-presidente	*Reinaldo Gomes Preto Sacolão*	*MDB*
Secretário-Geral	*Cláudio do Mundo Novo*	*PSD*
1º Secretário	*Professor Juliano Lopes*	*AGIR*
2º Secretário	*Wilsinho da Tabu*	*PP*

Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

A Comissão de Orçamento e Finanças Públicas é uma das Comissões permanentes da CMBH, sendo perante ela prestadas as contas dos Poderes Legislativo e Executivo do Município. Neste biênio sua composição é a seguinte:

Efetivos		Suplentes	
Presidente			
Prof. Claudiney Dulim	*AVANTE*	*Juninho Los Hermanos Melo*	*AVANTE*
Vice-Presidente			
Bruno Miranda	*PDT*	*Irlan Melo*	*PATRI*
Álvaro Damião	*UNIÃO*	*Fernanda Pereira Altoé*	*NOVO*
Marilda Portela	*CIDADANIA*	*Henrique Braga*	*PSDB*
Pedro Patrus	*PT*	*Fernando Luiz*	*PSD*

Corregedoria

Designado pela presidência da CMBH no início de cada sessão legislativa, o vereador que assume o cargo de corregedor tem a função de auxiliar a presidência na manutenção do decoro e da disciplina, assim como na apuração de qualquer fato relativo ao exercício do mandato.

Corregedor	*Dr. Célio Frois*	*PSC*

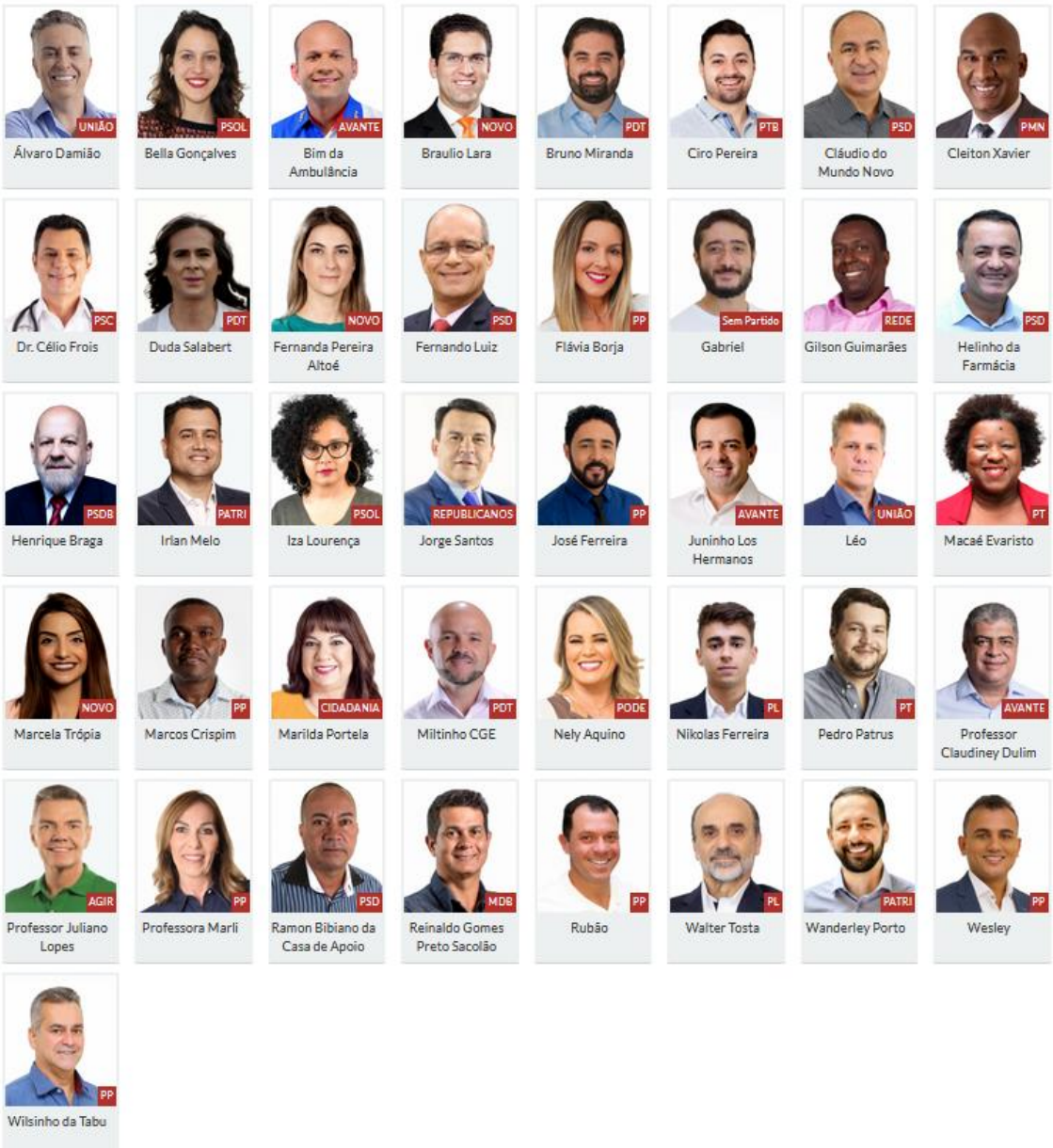
Ouvidoria

O ouvidor da CMBH é designado pela presidência da Casa para chefiar o serviço de atendimento ao cidadão prestado pela Ouvidoria. O setor é responsável por receber, processar e responder os pedidos de informação, críticas e sugestões encaminhados à CMBH.

Ouvidor	Walter Tosta	*PL*

Vereadoras e Vereadores

LEGISLATURA 2021 – 2024



1.1 REUNIÕES

Plenário

O Plenário é o órgão máximo de decisões do Poder Legislativo, formado pelo conjunto dos 41 vereadores. O órgão se reúne regularmente, nos primeiros 10 dias úteis de cada mês (à exceção de janeiro), para discutir e votar proposições.

Esses encontros são chamados de reuniões plenárias, nas quais são apreciados, também, projetos de resolução, propostas de emenda à Lei Orgânica, requerimentos e proposições similares. A tabela a seguir apresenta o número de reuniões plenárias por quadrimestre no ano de 2022.

QUANTIDADE DE REUNIÕES DE PLENÁRIO - ANO DE 2022

PERÍODO	TOTAL DE REUNIÕES	ORDINÁRIA			EXTRAORDINÁRIA			SOLENE	ESPECIAL
		COM QUORUM	SEM QUORUM	TOTAL	COM QUORUM	SEM QUORUM	TOTAL	TOTAL	TOTAL
1º QUADRIM.	32	30	0	30	0	0	0	1	1
2º QUADRIM.	43	40	1	41	1	0	1	0	1
3º QUADRIM.	31	30	0	30	0	0	0	0	1
ANUAL	106	100	1	101	1	0	1	1	3

Fonte: DIVINP

Comissões parlamentares permanentes

As comissões permanentes são encarregadas de analisar os projetos de lei e outras proposições ou matérias, de acordo com o tema reservado a cada uma delas. A CMBH tem 11 comissões permanentes, divididas por blocos temáticos, sendo oito comissões de mérito, a Comissão de Legislação e Justiça (CLJ) e a Comissão de Participação Popular, com atuações diferenciadas.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de reuniões de comissões permanentes no terceiro quadrimestre de 2022.

QUANTIDADE DE REUNIÕES DE COMISSÕES PERMANENTES - 3º QUADRIMESTRE

COMISSÕES	TOTAL	ORDINÁRIA	EXTRAODINÁRIA	COM QUORUM	SEM QUORUM	COM AUDIÊNCIA	EXTERNAS	VISITA TÉCNICA
Administração Pública	13	12	1	13	0	3	0	1
Desenvolvimento Econômico	12	12	0	12	0	5	0	104
Direitos Humanos	12	12	0	12	0	3	0	4
Educação	13	12	1	13	0	8	0	10
Legislação e Justiça	16	12	4	15	1	0	0	0
Meio Ambiente	12	12	0	12	0	6	0	21
Mulheres	14	14	0	5	9	0	0	4
Orçamento e Finanças	15	12	3	9	6	2	0	0
Saúde e Saneamento	12	12	0	11	1	4	0	36
Participação Popular	3	3	0	0	3	0	0	0
Conjuntas	9	0	0	5	3	1	0	0
TOTAL	131	113	9	107	23	32	0	180

Fonte: DIVINP

Comissões parlamentares temporárias

As comissões temporárias são criadas para apreciar determinada matéria ou averiguar um fato específico e eventual, com prazo de duração limitado e variável.

Cada comissão temporária tem uma função específica:

- a **comissão especial** é instalada para analisar uma proposta de alteração da Lei Orgânica (PELO) do Município, para apreciar um veto do prefeito a determinado projeto de lei ou para estudar alguma matéria que não esteja relacionada aos temas das comissões permanentes;
- a **CPI (comissão parlamentar de inquérito)** poderá ser constituída para investigar fato determinado ou acontecimento de relevância para a cidade;
- a **comissão de representação** é instalada para representar a CMBH externamente, em determinada missão, reunião ou congresso;
- a **comissão processante** auxilia os processos de julgamento do prefeito, do vice-prefeito, de secretário municipal ou de vereador, se estes cometerem determinados tipos de infração.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de reuniões de comissões temporárias no terceiro quadrimestre de 2022.

QUANTIDADE DE REUNIÕES DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS - 3º QUADRIMESTRE

COMISSÕES	TOTAL	COM QUORUM	SEM QUORUM	COM AUDIÊNCIA	OUTROS EVENTOS
Comissão Especial de Estudo	**16**	13	3	1	5
CPI	**0**	0	0	0	0
Comssião Processante	**0**	0	0	0	0
Comissão Especial de Veto	**9**	5	4	*	*
Comissão Especial de PELO	**1**	1	0	*	*

Fonte: DIVINP

Após o detalhamento do número de reuniões ordinárias, audiências públicas de comissões, reuniões especiais e extraordinárias ocorridas no segundo quadrimestre, a tabela a seguir tem por objetivo demonstrar de forma sintética um quadro totalizador dos eventos ocorridos durante o ano 2022 agrupado por quadrimestre.

EVENTOS EM 2022 - REUNIÕES POR QUADRIMESTRE

REUNIÕES	1º QUADRIMESTRE			2º QUADRIMESTRE			3º QUADRIMESTRE			TOTAL DE REUNIÕES NO ANO		
	CONVOCADAS	REALIZADAS	NÃO REALIZADAS	CONVOCADAS	REALIZADAS	NÃO REALIZADAS	CONVOCADAS	REALIZADAS	NÃO REALIZADAS	CONVOCADAS	REALIZADAS	NÃO REALIZADAS
PLENÁRIAS	32	32	0	43	42	1	31	31	0	**106**	**105**	**1**
COMISSÕES PERMANENTES	4	3	1	14	11	3	131	107	24	**149**	**121**	**28**
COMISSÕES TEMPORÁRIAS	19	16	3	35	23	12	26	19	7	**80**	**58**	**22**
TOTAL DE REUNIÕES	**55**	**51**	**4**	**92**	**76**	**16**	**188**	**157**	**31**	**335**	**284**	**51**

Fonte: DIVINP

1.2 PROPOSIÇÕES

Proposições Normativas

São normativas as proposições apresentadas com a intenção de que se transformem em normas. Incluem o projeto de lei e, por extensão, o veto que venha a ser oposto a ele; o projeto de resolução; a proposta de emenda à Lei Orgânica; a emenda, a subemenda e o substitutivo; e o projeto de decreto legislativo.

- O **Projeto de Lei** é a proposição que pode adquirir a força de uma norma no âmbito do Município, dando origem a uma lei municipal. Depois de aprovado em redação final, é encaminhado sob a forma de proposição de lei à prefeita ou ao prefeito, para sanção ou veto.

- O **Projeto de Resolução** é a proposição que visa regular matéria de competência privativa da CMBH.
- A **Proposta de Emenda à Lei Orgânica** é a proposição que visa alterar a Lei Orgânica.

Proposições Não Normativas

São não normativas as proposições apresentadas para interferir no processo legislativo, sugerir medidas às autoridades competentes e manifestar posicionamento sobre fatos, ocorrências ou temas. Integram o conjunto das proposições não normativas o parecer, a proposta de diligência, o recurso, o requerimento, a indicação, a moção e a autorização.

- A **indicação** é a proposição pela qual se sugere a autoridade competente a adoção de medidas de interesse público.
- A **moção** é a proposição pela qual se manifesta apoio, pesar ou protesto em relação a acontecimento ou ato de relevância pública ou social.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de projetos votados, indicações e moções aprovadas no ano de 2022.

NÚMERO DE PROJETOS VOTADOS, INDICAÇÕES E MOÇÕES APROVADAS

Proposições	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total no Ano
Projetos de Lei Votados	27	77	56	160
Projetos de Resolução Votados	1	2	2	5
Proposta de Emenda a Lei Orgânica Votadas	0	0	1	1
Número de Indicações Aprovadas	78	110	44	232
Número de Moções Aprovadas	30	14	5	49
Total	**136**	**203**	**108**	**447**

Fonte: DIVINP

2 FORMAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Com exceção do Refeitório Popular, suspenso em razão de obras na sede do Poder Legislativo, todos os serviços do Núcleo de Cidadania funcionaram regularmente durante o 3º quadrimestre de 2022: Posto de Atendimento à Mulher vítima de violência, Posto de Identificação (Polícia Civil), Sine, Internet Popular, Conciliação Pré-processual (Papre/TJMG) e Procon-BH.

2.1 NÚCLEO DA CIDADANIA[2]

Em funcionamento desde 2001, o Núcleo de Cidadania reúne, em um mesmo espaço, diferentes serviços, buscando auxiliar o cidadão na solução de problemas e em atividades cotidianas. Todos os serviços prestados, exceto o de Refeitório Popular, funcionaram regularmente no horário das 9h às 17h em 2022.

Sistema Nacional de Emprego (Sine)

O posto do Sistema Nacional de Emprego (Sine), instalado no Núcleo de Cidadania da CMBH, foi implantado em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Governo de Minas Gerais), e oferece ao cidadão a emissão da carteira de trabalho, acesso ao seguro-desemprego e o serviço de cadastramento de trabalhadores para vagas de empregos, encaminhando profissionais para o mercado.

Refeitório Popular

O Núcleo de Cidadania da CMBH abriga também o Refeitório Popular João Bosco Murta Lages, serviço oferecido pela Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Subsecretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O atendimento ao público do Refeitório Popular do Núcleo de Cidadania esteve suspenso em razão da realização das obras de manutenção do telhado do terceiro andar.

Conciliação Pré-processual (PAPRE/ TJMG)

O Posto de Atendimento Pré-processual (Papre) é uma unidade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) voltada para a conciliação de demandas que ainda não se tornaram judiciais. O Papre é especializado em resolver conflitos por meio do diálogo e da negociação, evitando que esses problemas se tornem ações judiciais e favorecendo a solução mais rápida e pacífica.

Posto de Identificação

[2] Saiba mais sobre o Núcleo da Cidadania em https://www.cmbh.mg.gov.br/servicos

O Posto de Identificação, instalado no Núcleo de Cidadania, é resultado de uma parceria entre a CMBH e o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Polícia Civil (PCMG) e da Secretaria de Estado de Segurança Pública. A unidade oferece os serviços de emissão de Carteira de Identidade (1ª e 2ª vias) e de Atestado de Antecedentes.

Procon-BH

Na unidade do Procon-BH instalada no Núcleo de Cidadania da CMBH, o consumidor pode apresentar suas reclamações sobre qualquer produto ou serviço contratado e que não tenha sido fornecido de maneira satisfatória. O consumidor é informado sobre seus direitos, e a equipe do Procon busca solucionar o problema, administrativamente, junto ao fornecedor, evitando que o caso se transforme em ação judicial. O serviço conta com a parceria da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

Internet Popular

O Núcleo de Cidadania da CMBH oferece ao cidadão, gratuitamente, acesso à internet e serviço de impressão (até cinco folhas por dia). Monitores de informática auxiliam os usuários na utilização dos computadores. Atualmente, estão disponíveis para o público três computadores.

Ponto de Acolhimento e Orientação à Mulher em Situação de Violência

O Ponto de Acolhimento e Orientação à Mulher em Situação de Violência, instalado no Núcleo de Cidadania, é uma parceria entre a CMBH, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

A unidade encontra-se em funcionamento com a previsão de até 20 atendimentos diários para prestação dos seguintes serviços:

- Registro de Eventos de Defesa Social (REDS), podendo a vítima desde já solicitar as medidas protetivas de urgência previstas em lei;
- Recebimento de orientação jurídica, principalmente no que diz respeito às atividades de repressão e punições;
- Acolhimento social à mulher vítima de violência e, quando necessário, encaminhamento a outras instâncias da rede de atendimento como delegacias de polícia, casas de abrigo, Defensoria Pública, Promotoria da Mulher e centros de atendimento psicológico;
- Solicitação de investigações para apuração de fatos que envolvam violência doméstica/familiar contra a mulher e acompanhamento do andamento das denúncias feitas por meio da unidade.

2.2 ESCOLA DO LEGISLATIVO[3]

[3] Saiba mais sobre a Escola do Legislativo em https://www.cmbh.mg.gov.br/A-C%C3%A2mara/escola-do-legislativo

Criada em 2007, a Escola do Legislativo da CMBH atua como uma ferramenta para o fortalecimento da cidadania. Por meio de programas, cursos, palestras e estudos relacionados ao Poder Legislativo, a Escola contribui para a capacitação de agentes políticos, de servidores públicos e da sociedade civil sobre diversos temas de interesse político, institucional e social. Atualmente, a Escola do Legislativo realiza atividades presencialmente, com a participação de público externo, e em formato de *live* no *YouTube*, por meio do qual os interessados participam remotamente das atividades da Escola.

Parlamento Jovem de Minas

O Parlamento Jovem de Minas é um projeto de formação política voltado a estudantes do ensino médio e superior. Por meio dele, os participantes podem conhecer melhor o funcionamento dos Legislativos Municipal e Estadual, bem como os principais instrumentos de intervenção democrática na vida pública.

A cada ano, um tema de relevância social é debatido pelos jovens, que desenvolvem pesquisas, participam de palestras e de processos formativos sobre o assunto.

Câmara Mirim

O projeto Câmara Mirim é uma iniciativa da CMBH para o desenvolvimento da consciência política e participativa da sociedade, apostando na educação cidadã.

A cada ano, são eleitos 45 vereadores mirins, entre alunos do 3º ciclo do ensino fundamental de escolas das redes municipal, estadual e privada e do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os estudantes passam a se reunir uma vez por mês, na CMBH, onde aprendem sobre processo legislativo, desenvolvem habilidades de oratória e trabalho em equipe, discutem problemas das comunidades e formulam propostas para solucioná-los.

Câmara EJA

O projeto Câmara EJA oferece aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), matriculados na rede municipal de ensino, um programa formativo sobre o papel do parlamento na fiscalização de políticas públicas.

Em encontros realizados nas escolas participantes e na CMBH, os estudantes (de várias idades, envolvendo adolescentes, jovens, adultos e idosos) discutem o papel do Poder Legislativo, assim como os mecanismos de atuação parlamentar e de participação cidadã na conformação das políticas públicas e na vivência democrática.

Rede de Conversas

O Rede de Conversas é um projeto que promove encontros virtuais abertos à participação de associações e de escolas das redes municipal, estadual e particular de Belo Horizonte. Realizadas por meio de aplicativos de videoconferência, as reuniões colocam em debate temas

ligados ao funcionamento do sistema político e eleitoral brasileiro, bem como a respeito do papel do Poder Legislativo.

Os processos formativos valorizam o diálogo a e expressão juvenil como motores de aprendizado e são planejados em diálogo com as escolas demandantes, de modo a viabilizar ações formativas adaptadas ao perfil de cada turma.

Orçamento Público e Mecanismos de Participação

Cursos semestrais sobre o tema "Orçamento Público e Mecanismos de Participação" buscam capacitar o cidadão a discutir e apresentar sugestões de emendas aos projetos de lei de natureza orçamentária: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei do Orçamento Anual (LOA) e Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

Visite a Câmara

O projeto Visite a Câmara recebe escolas, associações e cidadãos interessados em conhecer a estrutura e o funcionamento do Poder Legislativo. Os participantes realizam visitas orientadas na sede da CMBH, com apresentação de palestras, seguidas de entrevista com um dos vereadores.

Seminários

A Escola do Legislativo realiza diversos seminários, sobre variados temas de interesse público. Os eventos são sempre gratuitos e abertos a toda a população.

3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 DESPESAS FIXADAS PARA O ANO DE 2022

A Lei Municipal nº 11.336, de 30 de dezembro de 2021 estimou a receita e fixou a despesa do Município de Belo Horizonte para o exercício financeiro de 2022, sendo destinados ao Legislativo Municipal créditos orçamentários correspondentes a **R$ 325.253.600,00**. Durante o exercício a Câmara transferiu ao Poder Executivo, o valor de **R$ 29.917.857,69**, por meio da abertura do crédito adicional especial por redução a favor da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte – SUMOB –, conforme Decreto 18.144/2022. Devido a essa transferência, o orçamento total do Poder Legislativo foi reduzido para **R$ 295.335.742,31.**

Os valores da despesa orçamentária fixada para este exercício foram aplicados em cinco Projetos/Atividades e classificados em razão da natureza econômica. A Tabela 1 apresenta a subdivisão das despesas dos programas por natureza da despesa.

TABELA 1 - ORÇAMENTO DISTRIBUIDO POR ATIVIDADES \ NATUREZA DA DESPESA

PROJETOS / ATIVIDADES		ORÇAMENTO INICIAL (LOA)		ORÇAMENTO ATUALIZADO		DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL
		R$	%	R$	%	PESSOAL	TERCEIRIZAÇÃO	SERVIÇOS	CUSTEIO	INVESTIMENTOS
2001	Execução da Atividade Institucional	281.368.926,00	86,51%	258.451.068,31	87,51%	194.778.412,31	33.451.403,00	23.024.408,00	2.431.025,00	4.765.820,00
3003	Encargos com Inativos do Legislativo	13.007.100,00	4,00%	13.007.100,00	4,40%	13.007.100,00	-	-	-	-
2920	Transparência e Comunicação	13.911.591,00	4,28%	10.911.591,00	3,69%	-	-	10.911.591,00	-	-
2921	Modernização da Infraestrutura Tecnológica	14.000,00	0,00%	14.000,00	0,00%	-	-	-	-	14.000,00
2922	Modernização da Infraestrutura Física	16.951.983,00	5,21%	12.951.983,00	4,39%	-	-	-	-	12.951.983,00
TOTAL		325.253.600,00	100,00%	295.335.742,31	100,00%	207.785.512,31	33.451.403,00	33.935.999,00	2.431.025,00	17.731.803,00

Fonte: DIVGEF

Inicialmente foi fixado o valor de **R$ 281.368.926,00** para o projeto/atividade **2001 – Execução da Atividade Institucional.** Após a suplementação realizada ao Poder Executivo, o total do orçamento passou a ser de **R$ 258.451.068,31**, o que representa **87,51%** do total dos créditos autorizados. Esse projeto/atividade tem o objetivo suportar os gastos com a manutenção das atividades da Casa Legislativa, tais como folha de pagamento, locação de mão de obra, serviços terceirizados, serviços de informática, locação de veículos, máquinas e equipamentos, serviços de abastecimento de água e esgotamento, energia elétrica, telefonia, dentre outros.

Para o projeto **3003 – Encargos com Inativos do Legislativo** foram fixados **R$ 13.007.100,00**, que representam **4,40%** do orçamento total, vinculados exclusivamente a itens da folha de pagamento de servidores aposentados.

Desde a publicação da Lei Municipal nº 8.139/2000, o custeio dos proventos de aposentadorias dos servidores que se aposentaram após 28/12/2000 é incumbência da Previdência Municipal

(Art. 2º, parágrafo único); enquanto a folha de pagamento dos servidores que se aposentaram antes de 28/12/2000 é custeada pela CMBH (art. 2º, caput) e, portanto, integrante do orçamento do Legislativo.

O projeto/atividade **2920 – Transparência e Comunicação** incorpora os gastos relacionados à divulgação de interesse público em jornais oficiais e de grande circulação, divulgação das atividades parlamentares e publicidade institucional. Inicialmente, para o ano de 2022 foi fixado o valor de **R$ 13.911.591,00**, que posteriormente foi atualizado para **R$ 10.911.591,00**, que representa **3,69%** do orçamento anual.

O projeto/atividade **2921 – Modernização da Infraestrutura Tecnológica** busca investimentos na melhoria e modernização da infraestrutura tecnológica do Poder Legislativo, com substituição de computadores obsoletos e aquisição novas ferramentas de sistemas de informática. Sendo assim, fixou-se apenas o valor de **R$ 14.000,00**, sem representatividade no orçamento total.

Por fim, com o objetivo de reestruturar, ampliar, corrigir e efetuar adaptações de acessibilidade ao edifício sede da CMBH foi fixado para o projeto/atividade **2922 – Modernização da Infraestrutura Física** o montante de **R$ 16.951.983,00**, que posteriormente foi atualizado para **R$ 12.951.983,00**, que representa **4,39%** do orçamento anual.

3.2 EXECUÇÃO DA DESPESA - 3º QUADRIMESTRE DE 2022

Dentro da proposta orçamentária aprovada para o exercício de 2022, a execução das despesas no 3º quadrimestre é demonstrada de forma geral na Tabela 2.

TABELA 2 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR PROJETO ATIVIDADE

Atividade / Projeto	*Orçamento Atualizado*	*1º Quadrimestre*		*2º Quadrimestre*		*3º Quadrimestre*		*Total Executado*	
Execução da Atividade Institucional	258.451.068,31	56.090.270,84	*21,7%*	68.037.721,35	*26,3%*	78.523.896,32	*30,4%*	202.651.888,51	*78,4%*
Encargos com Inativos do Legislativo	13.007.100,00	3.579.819,41	*27,5%*	3.831.915,23	*29,5%*	4.759.540,49	*36,6%*	12.171.275,13	*93,6%*
Transparência e Comunicação	10.911.591,00	1.730,95	*0,0%*	1.703.299,07	*15,6%*	4.603.525,73	*42,2%*	6.308.555,75	*57,8%*
Modernização da Infraestrutura Tecnológica	14.000,00	-	*0,0%*	-	*0,0%*	-	*0,0%*	-	*0,0%*
Modernização da Infraestrutura Física	12.951.983,00	93.609,25	*0,7%*	637.258,16	*4,9%*	1.347.872,45	*10,4%*	2.078.739,86	*16,0%*
Total	**295.335.742,31**	**59.765.430,45**	***20,2%***	**74.210.193,81**	***25,1%***	**89.234.834,99**	***30,2%***	**223.210.459,25**	***75,6%***

Durante o 3º quadrimestre foram executados **R$ 89.234.834,99**, ou seja, entre os meses de setembro a dezembro de 2022 foram liquidados **30,2%** do orçamento fixado para o ano de 2022.

Conforme descrito no tópico anteriormente apresentado, o orçamento foi estruturado em cinco Projetos/Atividades e classificados em razão da natureza econômica, sendo elas, em despesas correntes (pessoal, terceiros, serviços e custeio) e despesas de capital (investimentos).

Com o propósito de observar o impacto dos grupos de despesas dentro dos projetos/atividades bem como no orçamento total, as análises serão apresentadas subdivididas em: **despesas de pessoal**; **despesas com terceirização**; **despesas com serviços**; **despesas de custeio** e **investimentos**.

A Tabela 3, a seguir, apresenta a execução das despesas por natureza econômica no período.

TABELA 3 - DESPESA EXECUTADA / DISTRIBUIÇÃO POR NATUREZA ECONÔMICA

NATUREZA ECONÔMICA	DESPESA FIXADA	DESPESA EXECUTADA							
		1º QUADRIMESTRE		2º QUADRIMESTRE		3º QUADRIMESTRE		TOTAL EXECUTADO	
Despesas com Pessoal	207.785.512,31	52.898.248,24	25,5%	60.494.080,55	29,1%	70.786.754,93	34,1%	184.179.083,72	88,6%
Terceirização	33.451.403,00	4.760.635,69	14,2%	8.216.007,43	24,6%	9.019.223,42	27,0%	21.995.866,54	65,8%
Serviços	33.935.999,00	1.889.971,95	5,6%	4.578.296,15	13,5%	7.778.183,24	22,9%	14.246.451,34	42,0%
Custeio	2.431.025,00	99.710,81	4,1%	241.834,97	9,9%	301.108,01	12,4%	642.653,79	26,4%
Investimentos	17.731.803,00	116.863,76	0,7%	679.974,71	3,8%	1.349.565,39	7,6%	2.146.403,86	12,1%
TOTAL	**295.335.742,31**	**59.765.430,45**	**20,2%**	**74.210.193,81**	**25,1%**	**89.234.834,99**	**30,2%**	**223.210.459,25**	**75,6%**

Fonte: DIVGEF

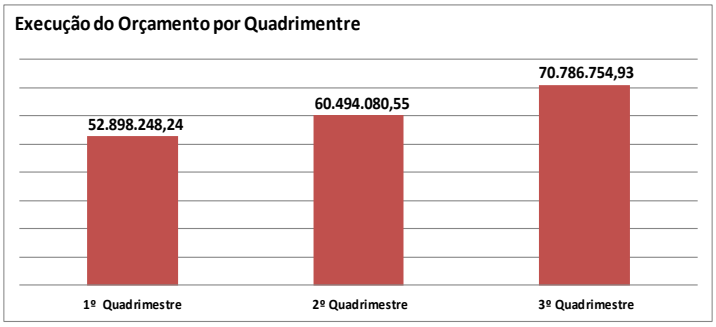
Observa-se por essa demonstração que a despesa fixada com pessoal (R$207.785.512,31), incluindo os inativos, apresenta a maior representatividade no orçamento, sendo responsável por **70,4%** da previsão anual.

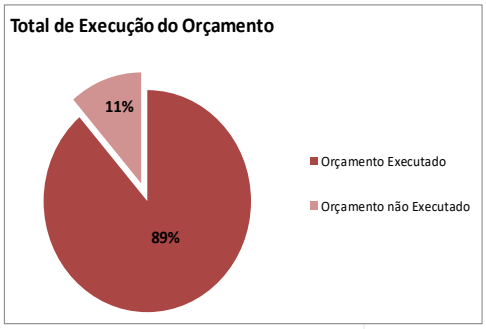
Despesas com Pessoal

O grupo "Despesas com Pessoal" tem impacto direto nas atividades institucionais, bem como nos encargos com inativos. Nesse grupo orçamentário é considerada a previsão anual de gastos com os servidores efetivos, de recrutamento amplo, exonerados, de outros órgãos à disposição desta Casa, aposentados, vereadores, horas-extras, substituição de chefia, auxílio-creche, auxílio-funeral, auxílio-alimentação, plano de saúde, bem como os gastos com a contribuição patronal para o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social e para o Fundo Previdenciário Municipal.

A Tabela 4 apresenta a evolução da execução das despesas com pessoal no período.

TABELA 4 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL





Atividade / Projeto	*1º Quadrimestre*		*2º Quadrimestre*		*3º Quadrimestre*		*Orçamento Executado*		*Orçamento não Executado*		*Orçamento Total*
Execução da Atividade Institucional	49.318.428,83	*25,3%*	56.662.165,32	*29,1%*	66.027.214,44	*33,9%*	172.007.808,59	*88,3%*	22.770.603,72	*11,7%*	194.778.412,31
Encargos com Inativos do Legislativo	3.579.819,41	*27,5%*	3.831.915,23	*29,5%*	4.759.540,49	*36,6%*	12.171.275,13	*93,6%*	835.824,87	*6,4%*	13.007.100,00
Total	**52.898.248,24**	***25,5%***	**60.494.080,55**	***29,1%***	**70.786.754,93**	***34,1%***	**184.179.083,72**	***88,6%***	**23.606.428,59**	***11,4%***	**207.785.512,31**

Os gastos no 3º quadrimestre com "Pessoal" – **R$ 70.786.754,93** – representaram **34,1%** dos **R$ 207.785.512,31** de créditos autorizados para esse grupo de despesa. Desse montante, cabe destacar que **R$ 4.759.540,49** foram destinados à folha de pagamento de servidores aposentados.

Finalizada a execução orçamentária do 3º quadrimestre, observa-se que **88,6%** do orçamento previsto foi executado durante o exercício de 2022, resultando, portanto, um gasto no ano de **R$ 184.179.083,72** com despesas de pessoal.

A seguir, na Tabela 4.1, é possível observar o detalhamento dos gastos ocorridos durante todo exercício de 2022.

TABELA 4.1 - DETALHAMENTO DAS DEPESAS COM PESSOAL - ANO DE 2022

ELEMENTO DA DESPESA COM PESSOAL	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE	TOTAL NO ANO	
VENCIMENTOS E VANTAGENS	**41.974.763,57**	**45.848.558,55**	**55.634.615,43**	**143.457.937,55**	*77,9%*
VENCIMENTOS	40.655.333,06	44.265.777,39	44.114.032,66	129.035.143,11	*70,1%*
PROVISÕES DE FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	1.123.902,35	1.482.528,21	11.332.656,65	13.939.087,21	*7,6%*
AUXÍLIO DOENÇA	127.841,24	68.550,86	110.900,10	307.292,20	*0,2%*
LICENÇA MATERNIDADE	67.686,92	31.702,09	77.026,02	176.415,03	*0,1%*
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS	**7.686.159,45**	**8.383.214,88**	**10.305.970,05**	**26.375.344,38**	*14,3%*
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - REGIME GERAL (INSS)	4.242.494,29	4.598.188,37	5.562.453,82	14.403.136,48	*7,8%*
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - REGIMES PROPRIOS	3.443.665,16	3.785.026,51	4.743.516,23	11.972.207,90	*6,5%*
OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	**3.237.325,22**	**6.262.307,12**	**4.846.169,45**	**14.345.801,79**	*7,8%*
SUBSTITUIÇÃO DE CHEFIAS E HORAS EXTRAS	124.360,23	133.793,38	128.365,66	386.519,27	*0,2%*
ACERTO DE EXONERADOS / INDENIZAÇÕES	650.534,30	2.366.069,17	1.189.663,79	4.206.267,26	*2,3%*
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	2.316.718,15	3.469.380,46	3.328.867,97	9.114.966,58	*4,9%*
AUXÍLIO CRECHE, FUNERAL E PLANO DE SAÚDE	145.712,54	293.064,11	184.041,49	622.818,14	*0,3%*
OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	-	-	15.230,54	15.230,54	*0,0%*
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL	**52.898.248,24**	**60.494.080,55**	**70.786.754,93**	**184.179.083,72**	*100,0%*

Fonte: DIVGEF

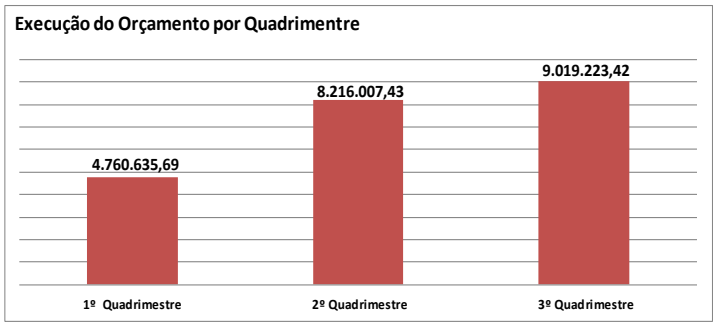
Na demonstração acima, observa-se que o gasto de maior representatividade nas despesas com pessoal é no grupo de "Vencimentos e Vantagens" responsável por **77,9%** dos valores executados, ou seja, dos **R$ 184.179.083,72** gastos com despesas com pessoal no durante o ano, **R$ 143.457.937,55** foram comprometidos com o pagamento dos vencimentos dos servidores e vereadores.

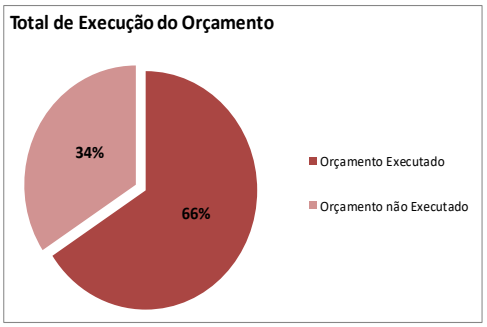
Despesas com Terceirização

O grupo "Terceirização" lista todos os gastos com locação de mão de obra e outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização.

A Tabela 5 apresenta a evolução da execução das despesas com terceirização no período.

TABELA 5 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO





Atividade / Projeto	*1º Quadrimestre*		*2º Quadrimestre*		*3º Quadrimestre*		*Orçamento Executado*		*Orçamento não Executado*		*Orçamento Total*
Execução da Atividade Institucional	4.760.635,69	*14,2%*	8.216.007,43	*24,6%*	9.019.223,42	*27,0%*	21.995.866,54	*65,8%*	11.455.536,46	*34,2%*	33.451.403,00
Total	**4.760.635,69**	***14,2%***	**8.216.007,43**	***24,6%***	**9.019.223,42**	***27,0%***	**21.995.866,54**	***65,8%***	**11.455.536,46**	***34,2%***	**33.451.403,00**

Fonte: DIVGEF

Os gastos realizados com "Terceirização" – **R$ 21.995.866.54** – representaram **65,8%** do total dos créditos autorizados com esse tipo de despesa no acumulado do ano 2022, sendo que desse montante, **R$ 9.019.223,42** foram executados no terceiro quadrimestre.

A seguir, na tabela 5.1, é possível observar o detalhamento das despesas com locação de mão de obra e outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização.

TABELA 5.1 - DETALHAMENTO DAS DEPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO - ANO DE 2022

ELEMENTOS DA DESPESA COM TERCEIRIZAÇÃO	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE	TOTAL NO ANO	
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	3.958.302,95	7.183.727,56	7.890.565,14	19.032.595,65	*86,5%*
LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	390.071,01	821.268,01	840.016,69	2.051.355,71	*9,3%*
LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA	-	2.693.269,71	2.178.873,11	4.872.142,82	*22,2%*
SERVÍÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.085.327,75	3.129.958,64	4.251.113,52	10.466.399,91	*47,6%*
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	465.359,73	503.217,40	582.539,71	1.551.116,84	*7,1%*
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	16.315,46	33.902,30	35.564,11	85.781,87	*0,4%*
OUTRAS LOCAÇÕES DE MÃO-DE-OBRA	1.229,00	2.111,50	2.458,00	5.798,50	*0,0%*
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATOS	802.332,74	1.032.279,87	1.128.658,28	2.963.270,89	*13,5%*
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL TERCEIRIZADOS	802.332,74	1.032.279,87	1.128.658,28	2.963.270,89	*13,5%*
TOTAL DAS DESPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO	4.760.635,69	8.216.007,43	9.019.223,42	21.995.866,54	*100,0%*

Fonte: DIVGEF

Observa-se na tabela acima que os gastos com maiores representatividade dentro do grupo, correspondem aos Serviços Apoio Administrativos e Locação de Serviços de Vigilância, com **47,6%,** e **22,2%** respectivamente.

O crescimento na execução da despesa com Vigilância em relação aos gastos no segundo quadrimestre justifica-se pelo fato de o fornecedor não ter apresentado, dentro do primeiro quadrimestre, os documentos necessários para instrução dos processos de pagamento dentro

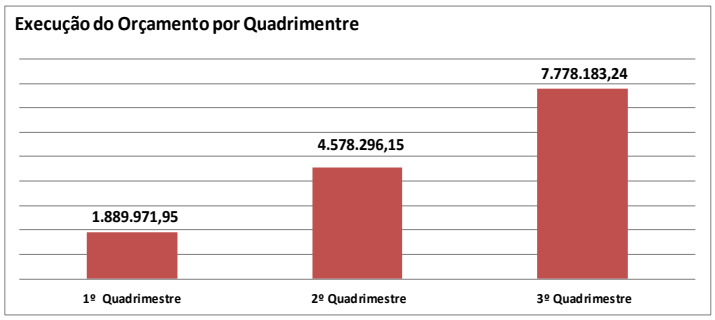
deste período, regularizando a documentação posteriormente, quando, então, os pagamentos puderam ser realizados.

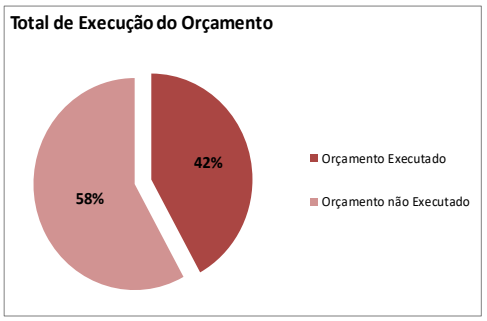
Despesas com Serviços

O grupo "Despesas com Serviços" agrupa todos os gastos com serviços de abastecimento de água e esgoto, energia, telefonia, correios, manutenção de equipamentos, de terceiros, de informática, além de outras despesas que não são classificadas nos demais grupos. Esse tipo de despesa tem impacto direto nos Projetos/Atividades de Execução da Atividade Institucional e de Transparência e Comunicação.

A Tabela 6 demonstra a evolução da execução das despesas com serviços no período.

TABELA 6 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS





Atividade / Projeto	*1º Quadrimestre*		*2º Quadrimestre*		*3º Quadrimestre*		*Orçamento Executado*		*Orçamento não Executado*		*Orçamento Total*
Execução da Atividade Institucional	1.888.241,00	*8,2%*	2.874.997,08	*12,5%*	3.174.657,51	*13,8%*	7.937.895,59	*34,5%*	15.086.512,41	*65,5%*	23.024.408,00
Transparência e Comunicação	1.730,95	*0,0%*	1.703.299,07	*15,6%*	4.603.525,73	*42,2%*	6.308.555,75	*57,8%*	4.603.035,25	*42,2%*	10.911.591,00
Total	**1.889.971,95**	***5,6%***	**4.578.296,15**	***13,5%***	**7.778.183,24**	***22,9%***	**14.246.451,34**	***42,0%***	**19.689.547,66**	***58,0%***	**33.935.999,00**

Fonte: DIVGEF

Os gastos realizados no período com "Serviços" – **R$ 14.246.451,34** – representaram **42,0%** dos **R$ 33.935.999,00** de créditos autorizados com esse tipo de despesa em 2022, sendo que desse montante, **R$ 7.778.183,24** foram executados no terceiro quadrimestre.

Observa-se que no Projeto/Atividade Transparência e Comunicação, apresenta-se crescimento durante o ano, totalizando no final do exercício o montante de **R$ 6.308.555,75,** cujo maior impacto ocorreu no 3º quadrimestre, no montante de **R$ 4.603.525,73**. Esse incremento decorre do início a execução do contrato de publicidade institucional no segundo quadrimestre de 2022.

A seguir, na Tabela 6.1, é possível observar o detalhamento das despesas com contratação de serviços que compõem esse grupo.

TABELA 6.1 - DETALHAMENTO DAS DEPESAS COM SERVIÇOS - ANO DE 2022

ELEMENTOS DA DESPESA COM TERCEIRIZAÇÃO	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE	TOTAL NO ANO	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍCAS / P. FÍSICAS	**1.448.382,01**	**2.188.821,45**	**2.300.968,90**	**5.938.172,36**	*41,7%*
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	620.058,36	1.024.613,50	1.095.164,80	2.739.836,66	*19,3%*
ENERGIA ELÉTRICA	307.479,67	252.870,82	241.543,65	801.894,14	*5,6%*
ÁGUA E ESGOTO	74.097,66	219.095,74	172.329,06	465.522,46	*3,3%*
TELECOMUNICAÇÕES, CORREIOS E TELÉGRAFOS	13.252,75	30.688,15	17.068,12	61.009,02	*0,4%*
LOCAÇÃO DE COPIADORAS E IMPRESSORAS	22.833,03	35.320,29	48.612,53	106.765,85	*0,8%*
LOCAÇÃO E MANUTEÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	93.058,16	141.820,56	-	234.878,72	*1,7%*
DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS	317.602,38	484.412,39	726.250,74	1.528.265,51	*10,7%*
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	**424.858,99**	**686.175,63**	**873.663,61**	**1.984.698,23**	*13,9%*
SERVIÇOS TÉCNICOS, SUPORTE E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	199.040,49	291.635,48	266.956,61	757.632,58	*5,3%*
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E REDES	101.129,27	98.878,24	47.280,27	247.287,78	*1,7%*
LOCAÇÃO E MANUTEÇÃO DE SOFTWARES	109.574,63	271.561,11	477.642,48	858.778,22	*6,0%*
DEMAIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	15.114,60	24.100,80	81.784,25	120.999,65	*0,9%*
TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO	**1.730,95**	**1.703.299,07**	**4.603.525,73**	**6.308.555,75**	*44,3%*
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	-	1.703.299,07	4.601.706,19	6.305.005,26	*44,3%*
DIVULGAÇÃO DE EDITAIS E COMUNICADOS OFICIAIS	1.730,95	-	1.819,54	3.550,49	*0,0%*
SERVIÇOS GRÁFICOS	-	-	-	-	*0,0%*
TOTAL DAS DESPESAS COM SERVIÇOS	**1.874.971,95**	**4.578.296,15**	**7.778.158,24**	**14.231.426,34**	*100,0%*

Fonte: DIVGEF

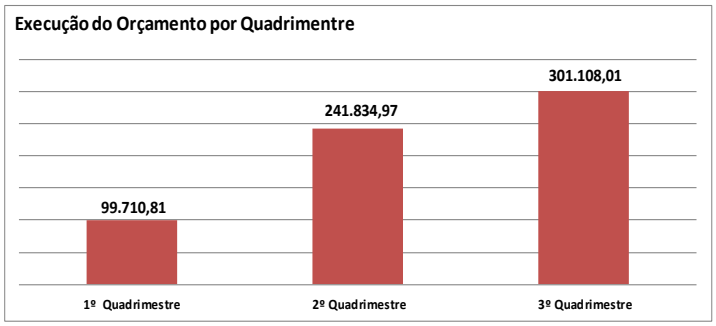
Observa-se no detalhamento que **41,7%** dos gastos estão relacionados aos serviços de terceiros – pessoa jurídicas/físicas, no qual a despesa de locação de veículos apresenta-se como a de maior representatividade.

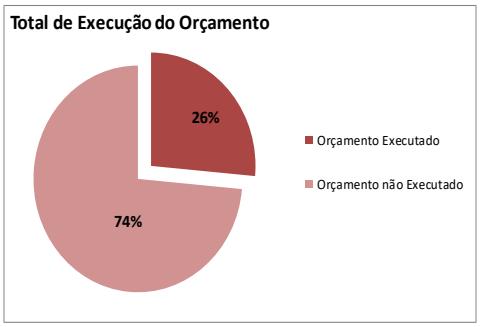
Despesas com Custeio

No valor correspondente ao crédito autorizado do grupo "Despesas de Custeio", estão incluídos todos os gastos com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias e material para distribuição gratuita, bem como despesas de exercícios anteriores excluídas as despesas com pessoal. Esse tipo de despesa tem impacto direto nos Projetos/Atividades de Execução da Atividade Institucional.

A Tabela 7 demonstra a evolução da execução das despesas com custeio no período.

TABELA 7 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO





Atividade / Projeto	*1º Quadrimestre*		*2º Quadrimestre*		*3º Quadrimestre*		*Orçamento Executado*		*Orçamento não Executado*		*Orçamento Total*
Execução da Atividade Institucional	99.710,81	*4,1%*	241.834,97	*9,9%*	301.108,01	*12,4%*	642.653,79	*26,4%*	1.788.371,21	*73,6%*	2.431.025,00
Total	**99.710,81**	*4,1%*	**241.834,97**	*9,9%*	**301.108,01**	*12,4%*	**642.653,79**	*26,4%*	**1.788.371,21**	*73,6%*	**2.431.025,00**

Fonte: DIVGEF

Os gastos no ano com "Custeio" – **R$ 642.653,79** – representaram apenas **26,4%** do total do crédito de **R$ 2.431.025,00** autorizados com essa natureza de despesa em 2022, portanto, **R$ 1.788.371,21** não foram executados.

A seguir, na Tabela 7.1, é possível observar o detalhamento das despesas com aquisição de materiais que compõem esse grupo.

TABELA 7.1 - DETALHAMENTO DAS DEPESAS DE CUSTEIO - ANO DE 2022

ELEMENTOS DA DESPESA COM CUSTEIO	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE	TOTAL NO ANO	
MATERIAL DE CONSUMO	95.370,50	241.834,97	295.405,49	632.610,96	98,4%
MATERIAL PARA ESCRITÓRIO	37.539,35	78.876,07	21.215,92	137.631,34	21,4%
MATERIAL DE LIMPEZA / MATERIAL DE COPA E COZINHA	26.187,50	32.784,48	91.342,72	150.314,70	23,4%
MATERIAL HOSPITALAR / LABORATORIAL E ODONTOLÓGICO	184,65	54.479,05	5.580,44	60.244,14	9,4%
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	5.490,00	16.065,00	22.269,43	43.824,43	6,8%
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	19.856,90	35.374,60	48.390,47	103.621,97	16,1%
DEMAIS DESPESAS COM MATERIAL DE CONSUMO	6.112,10	24.255,77	106.606,51	136.974,38	21,3%
TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO	-	-	-	-	0,0%
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR	-	-	-	-	0,0%
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	4.340,31	-	5.702,52	10.042,83	1,6%
DIÁRIAS	4.340,31	-	5.702,52	10.042,83	1,6%
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUÍTA	-	-	-	-	0,0%
TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO	99.710,81	241.834,97	301.108,01	642.653,79	100,0%

Fonte: DIVGEF

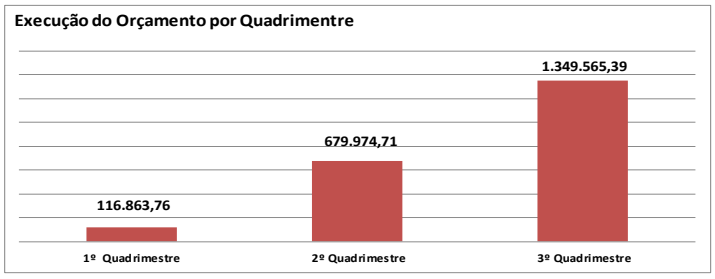
A tabela acima revela que os gastos de maior representatividade no grupo, no ano, estão concentrados nas despesas com materiais de limpeza / material de copa e cozinha, seguido de material de escritório.

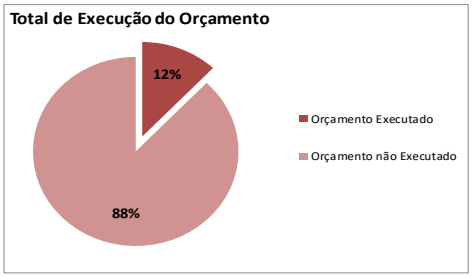
Investimentos

Em relação ao grupo "Investimentos", estão incluídos os gastos com o planejamento e a execução de obras e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Esse tipo de gastos tem impacto direto nos Projetos/Atividades de Execução da Atividade Institucional e de Transparência e Comunicação.

A Tabela 8 demonstra a evolução da execução dos investimentos no período.

TABELA 8 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL (INVESTIMENTOS)





Atividade / Projeto	*1º Quadrimestre*		*2º Quadrimestre*		*3º Quadrimestre*		*Orçamento Executado*		*Orçamento não Executado*		*Orçamento Total*
Execução da Atividade Institucional	23.254,51	*0,49%*	42.716,55	*0,90%*	1.692,94	*0,04%*	67.664,00	*1,42%*	4.698.156,00	*98,6%*	4.765.820,00
Modernização da Infraestrutura Tecnológica	-	*0,00%*	-	*0,00%*	-	*0,00%*	-	*0,00%*	14.000,00	*100,0%*	14.000,00
Modernização da Infraestrutura Física	93.609,25	*0,72%*	637.258,16	*4,92%*	1.347.872,45	*10,41%*	2.078.739,86	*16,05%*	10.873.243,14	*84,0%*	12.951.983,00
Total	**116.863,76**	***0,7%***	**679.974,71**	***3,8%***	**1.349.565,39**	***7,6%***	**2.146.403,86**	***12,1%***	**15.585.399,14**	***87,9%***	**17.731.803,00**

Fonte: DIVGEF

Até o final do ano foram executados apenas **R$ 2.146.403,86** o que representa **12,1%** dos **R$ 17.731.803,00** autorizados para esse tipo de despesa. Desse acumulado, a maior parte, **R$ 1.349.565,39,** foi executado no terceiro período. A baixa representatividade do valor executado em relação ao orçamento previsto está relacionada ao processo de liquidação das

despesas dos contratos em andamento os quais dependem, necessariamente, de medições e conclusões das obras. Houve ainda o atraso no início de projetos previstos devido às dificuldades nas respectivas contratações.

O total dos gastos será detalhado na Tabela 8.1 a seguir, na qual se observa que os **R$ 2.078.739,86** do valor realizado foram investidos no Projeto de Modernização da Infraestrutura Física.

TABELA 8.1 - DETALHAMENTO DAS DEPESAS DE CAPITAL (INVESTIMENTOS) - ANO DE 2022

ELEMENTOS DA DESPESA COM CUSTEIO	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE	TOTAL NO ANO	
EXECUÇÃO DA ATIVIDADE INSTITUCIONAL	23.254,51	42.716,55	1.692,94	67.664,00	3,2%
OBRAS E INSTALAÇÕES - PROJETOS E ESTUDOS	-	29.080,80	-	29.080,80	1,4%
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	23.254,51	13.635,75	1.692,94	38.583,20	1,8%
OUTROS MATERIAIS E SERVIÇOS CLASSIFICADOS COMO INVESTIMENTOS				-	0,0%
MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA	93.609,25	637.258,16	1.347.872,45	2.078.739,86	96,8%
REESTRUTURAÇÃO DO TELHA DO PREDIO - ALAS "A" e "B"	-	637.258,16	1.318.622,45	1.955.880,61	91,1%
AMPLIAÇÃO DA SUBSTAÇÃO ELÉTRICA	-	-	-	-	0,0%
REFORMA, AMPLIAÇÃO E CORREÇÃO ESTRUTURAL DO PRÉDIO	-	-	-	-	0,0%
ADAPTAÇÕES DE ACESSIBILIDADE AO PRÉDIO	-	-	-	-	0,0%
ESTUDOS E PROJETOS DE DOMINIO PÚBLICO	15.750,00	-	29.250,00	45.000,00	2,1%
ADEQUAÇÃO DO PLENÁRIO AMYNTHAS DE BARROS	77.859,25	-	-	77.859,25	3,6%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (INVESTIMENTOS)	116.863,76	679.974,71	1.349.565,39	2.146.403,86	100,0%

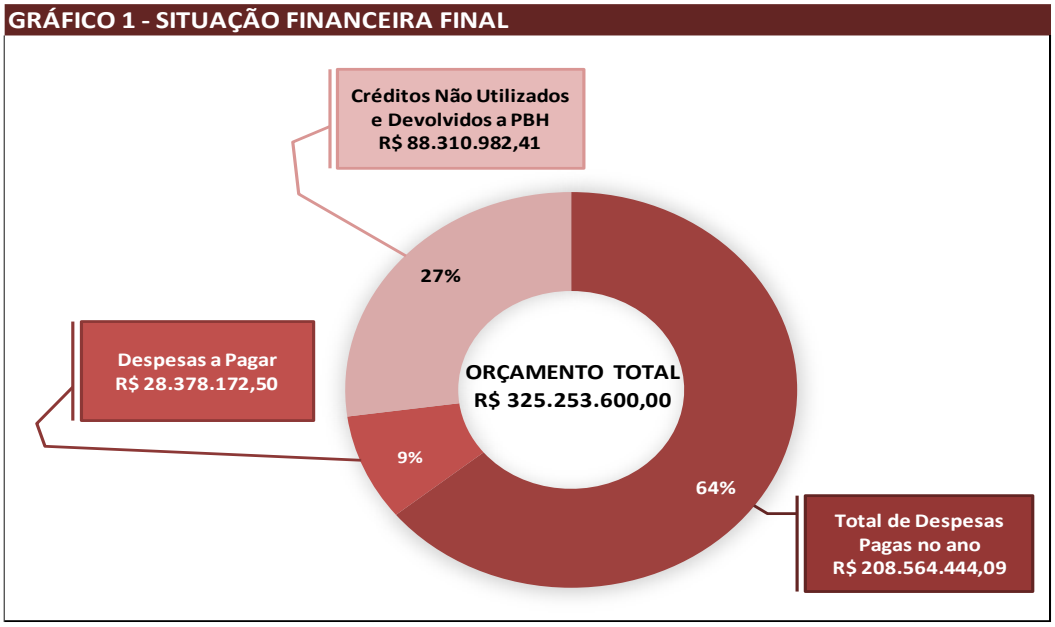
O valor gasto refere-se à contratação de empresa para realização de obras de reestruturação do telhado da ala “A” do prédio.

Situação Financeira Final em 2022

Conforme anteriormente descrito, a Lei Orçamentária do Município de Belo Horizonte destinou inicialmente ao Legislativo Municipal créditos orçamentários correspondentes a **R$ 325.253.600,00** dos quais **R$ 236.942.617,00** foram empenhados no ano.

Do montante empenhado, o valor de **R$ 208.564.444,09** foi liquidado e pago dentro do próprio exercício, permanecendo para o exercício de 2023 um total de **R$ 28.378.172,50** a pagar, dos quais **R$ 14.646.015,16** foram inscritos como Restos a Pagar Processados (liquidados e não pagos) e **R$ 13.732.158,34** em Restos a Pagar não Processados (não liquidados).

Ao finalizar o exercício de 2022 a situação financeira poderá ser demonstrada de forma resumida no gráfico 1 a seguir.

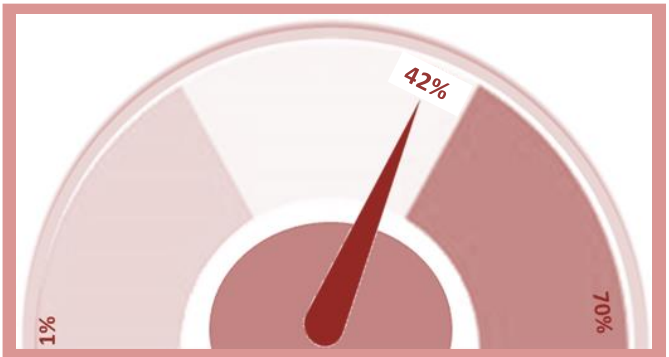


A sobra orçamentária, ou seja, os créditos não utilizados, **R$ 58.393.124,72** foram creditados na conta do tesouro municipal e **R$ 29.917.857,69** foram remanejados por meio da abertura do crédito adicional especial por redução a favor da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte – SUMOB –, conforme Decreto 18.144/2022.

Assim, o total economizado pelo Poder Legislativo relativo ao orçamento de 2022, ainda pendentes apuração dos restos a pagar a serem anulados, constitui em **R$ 88.310.982,41**.

Cumprimentos de limites legais de gastos com pessoal

A despesa com pessoal possui algumas limitações, que são previstas tanto na Constituição Federal, quanto na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (LC 101/2000). Cada um desses limites possui metodologia própria, no qual são considerados diferentes componentes para a realização do cálculo.



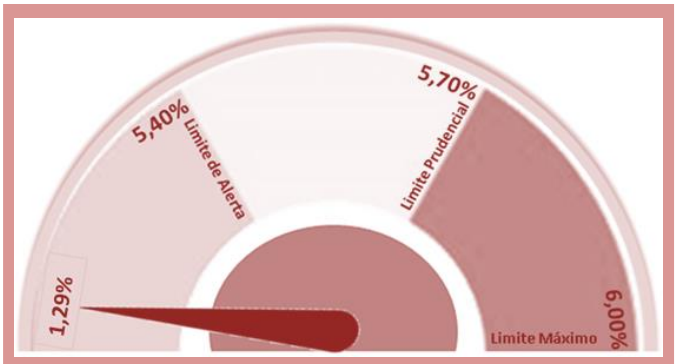
LIMITES CONFORME EMENDA CONSTITUCIONAL 25/2000

Receita Recebidas em 2022	*325.253.600,00*	
Despesas com Folha de Pagamento	*135.879.448,95*	*41,78%*
Limte Máximo	*227.677.520,00*	*70,00%*

Limite Constitucional - §1º do Art. 29-A da CF/88

O parágrafo 1º do artigo 29-A da Constituição Federal de 1988 estabelece que a Câmara Municipal não poderá gastar mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo o gasto com vereadores. Entende-se por folha de pagamento as despesas com pessoal – exceto os gastos com pessoal inativo, encargos e outras despesas de pessoal decorrente de contratos terceirização ou de contratação de forma indireta.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - LC 101/200



LIMITES CONFORME LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Receita Corrente Líquida Ajustada	*13.626.179.340,46*	
Despesa Total de Pessoal da Câmara	*175.611.519,01*	*1,29%*
Limite de Alerta	*735.813.684,38*	*5,40%*
Limite Prudencial	*776.692.222,41*	*5,70%*
Limte Máximo	*817.570.760,43*	*6,00%*

Conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal a Câmara Municipal não poderá gastar mais do que 6% da Receita Corrente Líquida do Município com despesa total de pessoal.

Considera-se despesa total de pessoal, o somatório das despesas com o Pessoal Ativo; Pessoal Inativo e Pensionistas e outras despesas de pessoal decorrente de contratos terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do Art. 19 da LRF).

Pelos resultados apresentados acima, com relação aos gastos com o Pessoal, observa-se que a Câmara Municipal se mantém abaixo dos limites estabelecidos pela legislação, mantendo-se o comprometimento com o equilíbrio orçamentário financeiro.

3.3 DESPESAS DOS GABINETES PARLAMENTARES

Custeio

A verba indenizatória, que custeava as despesas do mandato parlamentar, foi extinta na CMBH em 2015, por meio da Resolução 2076/2015.

Dessa forma, as necessidades para o exercício do mandato são satisfeitas diretamente pela CMBH, nos termos da legislação federal (Lei de Licitações e Contratos nº 8666/93) e observadas regulamentações definidas pela Mesa Diretora da CMBH.

Conforme estabelecido pelas Deliberações 3/2016, 6/2016, 18/2016, 2/2017, 1/2018 e 2/2019; são assegurados diretamente pela CMBH a estrutura, os serviços e os materiais necessários para o exercício dos mandatos parlamentares. A instituição disponibiliza a cada vereador um gabinete individual, instalado em seu edifício-sede, equipado com mobiliário e demais recursos de informática necessários ao seu funcionamento.

Além do gabinete, a CMBH oferece serviços e materiais complementares a cada um dos vereadores, mediante processos de aquisição definidos nos termos da legislação federal de licitações:

I - Material de escritório;

II - Material de informática;

II - Carimbos;

IV - Serviço de locação veicular;

V - Serviço gráfico;

VI - Serviços Postais;

VII - Materiais de Copa.

Despesas com alimentação, consultoria e manutenção de escritório externo de representação parlamentar não são custeadas com recursos públicos.

Estrutura de Remuneração do Vereador

Desconto para INSS (14% sobre 7.507,49 - teto do INSS)*	R$ 877,22

O salário pago aos vereadores tem o nome de subsídio, conforme definido pela Constituição Federal. O subsídio pago ao vereador é definido ao final de cada legislatura, com efeito para os quatro anos subsequentes.

O subsídio atual é:

Subsídio mensal bruto	R$ 18.402,02
Desconto para INSS (14% sobre 7.507,49 - teto do INSS)*	R$ 877,22
Desconto de Imposto de Renda (27,5%)	R$ 3.949,96
Subsídio mensal líquido (*)	R$ 13.574,84

* com dedução de R$ 173,81 de acordo com a nova tabela progressiva de INSS
(*) Desse subsídio mensal líquido se abate, ainda, percentual devido por cada vereador a seu respectivo partido, em percentual variável conforme o estatuto correspondente.

Servidores de recrutamento amplo

Aos 41 gabinetes parlamentares é facultado o direito à contratação de até 15 Assessores Parlamentares para apoio ao desenvolvimento de atividades institucionais e de mandato, além de um Atendente Parlamentar, um Auxiliar Legislativo e um Chefe de Gabinete Parlamentar, totalizando, no máximo, 18 servidores contratados em cada gabinete.

Ao gabinete da Presidência é permitida a contratação de outros 5 (cinco) Assessores Parlamentares, somando 20 Assessores Parlamentares. Além deles, é facultada também a contratação de um Atendente Parlamentar, um Auxiliar Legislativo, um Chefe de Gabinete Parlamentar, um Atendente da Presidência, um Chefe de Gabinete da Presidência e um Secretário da Presidência, totalizando, no máximo, 26 servidores contratados no Gabinete da Presidência.

Estrutura da Remuneração de Servidores Comissionados de gabinetes

Vencimento-base (valor atualizado):

Nível	Cargo	Valor R$
1	(Auxiliar Legislativo)	1.391,97
4	(Atendente da Presidência e Atendente Parlamentar)	3.325,16
5	(Secretário da Presidência)	4.762,41
8	(Chefe de Gabinete da Presidência e Chefe de Gabinete Parlamentar)	13.836,54

Assessor Parlamentar: Pode ter até 25 atribuições. A cada atribuição corresponderá o valor de R$ 371,39 (trezentos e setenta e um reais e trinta e nove centavos) ou de R$ 742,77 (setecentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos), conforme a jornada fixada seja de 6 (seis) ou 8 (oito) horas diárias, observando-se como limite mínimo o salário mínimo e como limite máximo o equivalente ao vencimento fixado para o cargo de Diretor Geral.
Base legal: art. 148, § 1º, e anexos I e IV, da Lei Municipal nº 7.863/1999.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório de prestação de contas aos cidadãos, com base nos princípios de transparência e publicidade, teve como objetivo atender aos termos do art. 10 da Lei Municipal nº 11.308/2021, o qual dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2022.

Integram este relatório os seguintes documentos relativos ao terceiro quadrimestre de 2022:

a) Demonstrativo da execução orçamentária da despesa no quadrimestre;

b) Relatório quadrimestral contendo a discriminação das despesas por item;

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023.

RODRIGO DORNELAS SCOFIELD:77671872687 Assinado de forma digital por RODRIGO DORNELAS SCOFIELD:77671872687 Dados: 2023.02.15 16:17:23 -03'00'

RODRIGO DORNELAS SCOFIELD
Contador – CRCMG 079782

RAFAEL AUGUSTO MENDES DE ARAUJO MORAES
Chefe da Divisão de Gestão Financeira

SIRLENE NUNES AREDES
Diretora de Administração e Finanças